

# **A PESQUISA QUALITATIVA APLICADA A INVESTIGAÇÃO NO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR EM DIREITOS HUMANOS – CONSTRUINDO REDES DE EDUCAÇÃO CIDADÃ**

José Cláudio Rocha – UNEB  
Denise Abigail Britto Freitas Rocha – UNEB

## **Resumo**

O presente trabalho discute a importância da pesquisa qualitativa aplicada a investigação no campo dos direitos humanos a partir da análise do Programa de Educação Jurídica popular em direitos Humanos: construindo Redes de Educação Cidadã. Analisa a pesquisa qualitativa como instrumento capaz de investigar fenômenos sociais, políticos, jurídicos e educacionais não captados por pesquisas de enfoque quantitativo. Discute como a pesquisa qualitativa pode ajudar na construção de indicadores da emancipação social individual e coletiva dos sujeitos envolvidos, principalmente, em relação à construção da cidadania e da democracia em nosso país.

**Palavras-chave:** Pesquisa qualitativa, direitos humanos e cidadania

## **Abstract**

This paper discusses the importance of qualitative research applied investigation in the field of human rights from the analysis the Programs de Educação Jurídica popular em direitos Humanos: construindo Redes de Educação Cidadã. Studies the qualitative research as an instrument to investigate social, legal and educational politics. Discusses the importance of qualitative research to building the citizenship and democracy in the Brazil.

**Palavras-chave:** qualitative research, human rights e citizenship

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo analisa a importância da pesquisa qualitativa para investigações no campo dos direitos humanos a partir de uma análise do percurso metodológico adotado pelo Programa de Educação Jurídica Popular em Direitos Humanos: Construindo Redes de Educação Cidadã, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Olhos D' água do Curso de Direito do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), Campus XIX, Camaçari, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Esse programa foi criado junto com o grupo de pesquisa citado em 2007 com o objetivo de produzir e difundir conhecimento sobre a Educação em Direitos Humanos (EDH), tomando como ponto de partida o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

Com uma abordagem na linha da pesquisa ação, construída a partir de cursos de extensão sobre educação em direitos humanos para professores da rede pública, agentes públicos da área da justiça e segurança pública, estudantes universitários, comunicadores e o público em geral o programa vem estudando como construir uma educação que reforce uma cultura de proteção e promoção dos direitos humanos.

A metodologia discutida nesse trabalho foi inclusive premiada pelo I Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos – na categoria formação e pesquisa – promovido pela Organização dos Estados Ibero Americanos para a Ciência e Cultura (OEI), Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), Ministério da Educação (MEC) e Fundação SM. Socializar essa proposta é uma forma de repensar os conceitos e aperfeiçoar nossa abordagem.

## **2. O PERCURSO METODOLÓGICO: A PESQUISA QUALITATIVA COMO INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO NO CAMPO DOS DIREITOS HUMANOS**

Estudos na área da sociologia da educação, surgidos nos anos 70, entre eles Michel Foucault (1994), Goldman (1993) e no Brasil Paulo Freire (1986), impulsionaram, de uma forma inquestionável, a pesquisa na área da educação, fornecendo os elementos necessários para a compreensão da educação, enquanto fenômeno social, político e cultural. Paralelamente, esses estudos contribuíram para a consolidação da identidade científica da educação, haja visto que, impunham uma definição mais clara, por parte do pesquisador, da teoria, da metodologia e do objeto investigado.

Na verdade, essa contribuição leva a todos nós a considerarmos três dimensões da maior importância. A primeira delas diz respeito ao espaço onde o fenômeno social está localizado. A segunda diz respeito às pessoas ou sujeitos históricos, promotores de mudanças sociais. E a última relaciona-se ao tempo ou momento histórico. A nosso ver, o atual debate intelectual brasileiro sobre a educação tem desconsiderado estas três dimensões, ou pelo menos, não as tem considerado como elementos indivisíveis de um fato social, mostrando-se, apenas, uma discussão “racionalizadora” e “reduzora” da realidade educacional brasileira.

Diante deste panorama, a orientação teórica assumida durante toda pesquisa realizada no Programa de Educação Jurídica Popular nos levou a optar por uma pesquisa de natureza qualitativa que assegurasse, o mais possível, a livre expressão dos participantes (cursistas) que participaram das atividades do projeto. O tipo de pesquisa proposto, de fato, não comportava senão esta opção, na medida em que buscava uma compreensão mais extensiva e com mais objetividade e validade conceitual do que propriamente estatística, acerca da visão de mundo de setores populares da sociedade sobre a relação entre a educação e os direitos humanos na construção de políticas públicas e sociais.

Interessava ainda uma perspectiva de trabalho que apontassem para um projeto educativo identificado com a história de luta dos setores populares, feita de necessidades, mas também de sonhos e utopias. O que pretendíamos era garantir uma gama de manifestações que pudessem compor, com o maior número de possibilidades, uma visão analítica das questões levantadas e que indicassem soluções e propostas para uma linha de política pública na área da educação em direitos humanos (EDH). Nesse aspecto, nossa intenção sempre foi a de contribuir para o debate

das políticas públicas em educação a nível municipal, sugerindo pontos de reflexão crítica, de sorte a fornecer informações para aqueles interessados em desenvolver projetos educacionais mais sintonizados com as necessidades populares e com os direitos humanos, pois é a população pobre e em situação de risco social o sujeito principal para o qual se volta nossas pesquisas. Sabe-se, contudo, que a mera denominação da abordagem não é um indicador claro do caminho a ser seguido. Sob esta denominação apresentam-se as mais diversas e muitas vezes antagônicas inspirações teóricas e filosóficas.

Um aspecto que merece destaque é o de que a opção pela abordagem qualitativa não decorre de uma oposição simplista às abordagens quantitativas, afinal ninguém desconhece as profundas conexões entre estes dois termos e que um elemento da equação não existe sem o outro. Logo, o uso de uma ou outra técnica não é nenhuma garantia, *a priori*, do rigor de um determinado trabalho científico.

Sabendo-se, então, que esta opção implica muito mais do que discordância semântica, existente entre aqueles que denominam suas investigações de qualitativas, entendeu-se que, num primeiro momento, dever-se-ia explicitar as inspirações que funcionaram como determinação conceitual.

Para superar as armadilhas da “qualidade positiva”, é pertinente lembrar as advertências de Goldman (GOLDMAN, 1993, p.11) de que um dos principais problemas das ciências sociais, incluindo aí a antropologia, é que elas “deixam escapar as transformações qualitativas das estruturas sociais e a dimensão histórica dos fatos humanos”.

Esta secundarização de questões mais gerais, comum em certos usos da pesquisa qualitativa, é melhor explicitada por Bronner:

“Ao se enfatizar ideologias que iluminam uma experiência ou lógica particular de um dado grupo oprimido, uma dinâmica da fragmentação acaba se desencadeando e fica-se incapaz de elaborar uma visão que unifique os diferentes, mas interligados momentos do social, do econômico, do político e do ideológico”. (BRONNER, apud GOLDMAN, 1993, p. 161).

Ao adotarmos o exame da visão de mundo dos setores populares como objeto privilegiado de investigação, não foi nossa intenção elevar o momento de subjetividade como o único válido. A metodologia pensada pelo programa tenta descrever alguns elementos do contexto, de sorte a permitir a possibilidade do estabelecimento de interligações entre o pensamento e a realidade que estariam na base da elaboração intelectual expressa pelos sujeitos investigados.

A demarcação genérica dos caminhos seguidos seguramente quer exprimir certos juízos de valor e, de fato, eles estão presentes em qualquer investigação das ciências humanas. Comparando a manifestação de juízos de valor à ideologia, Goldman diz que esta precisa ficar subordinada à realidade dos fatos investigados, e que não se trata de “suprimir toda pré-noção e todo juízo de valor, mas, ao contrário, integrá-los conscientemente na ciência e fazer deles instrumentos úteis na investigação da verdade objetiva” (GOLDMAN, 1990, p.34).

É o mesmo Goldman (p.38) que salienta a importância da captação, pela pesquisa, daqueles elementos de inovação e de transformação presentes nas concepções e práticas humanas, mas, neste caso, reforçando a combinação destes elementos com a história e a análise de conjunto.

Como a pesquisa foi concebida a partir da observação de pessoas participantes de um programa de extensão universitária em diversas atividades de formação e informação, a busca dos interlocutores mais adequados coloca-se como um desafio, exatamente na perspectiva de

capturar os elementos de inovação. Para tanto, buscamos em Gramsci a inspiração para a realização mais segura da trajetória. Diz ele que uma “parte das massas, ainda que subalterna, é sempre dirigente e responsável, e a filosofia da parte precede sempre a filosofia do todo, não só como antecipação teórica, mas também como necessidade atual” (GRAMSCI, 1978, p.24).

É sobre este ensinamento que balizamos nossa pesquisa, buscando concentrar nossa escolha em pessoas ligadas diretamente a temática (professores da rede pública, agentes de justiça e segurança) e de pessoas da comunidade (lideranças e indivíduos organizados). Nossa tarefa é a de buscar, entre estes sujeitos aqueles que poderiam preencher mais adequadamente esta condição de dirigentes e de responsabilidade que podem antecipar fragmentos teóricos relevantes. Adverte Gramsci: “esta busca não significa a possibilidade de formular resultados plenos e definitivos, mas extrair antecipações parciais e fragmentárias de concepções, prognósticos e propostas” (GRAMSCI, 1978, p.24).

Os argumentos que ora apresentamos se baseiam em recentes contribuições da filosofia da ciência, da filosofia política e da filosofia da educação, que, no nosso ponto de vista, podem fundamentar um olhar sobre a educação no contexto de enormes contradições, como é o caso do Brasil. Partimos do princípio defendido por Rocha (2009) de que a participação da sociedade civil é uma proposta que altera profundamente a educação como a conhecemos, não sendo necessariamente uma prática pedagógica voltada para a transmissão de conhecimentos. Trata-se de uma educação que visa não só a utilização racional dos recursos, mas basicamente a participação dos cidadãos nas discussões e decisões de como deve ser a educação prestada pelo Estado.

Consideramos que a participação da sociedade civil na construção de uma nova educação para o Brasil – fundada numa cultura de respeito e promoção dos direitos humanos – deve procurar estabelecer uma nova aliança entre a humanidade, um novo pacto social orientado pelo princípio da solidariedade social, uma nova razão que não seja mais sinônimo de autodestruição, estimulando a utilização de princípios éticos nas relações econômicas, sociais e políticas. Ela deve se basear no diálogo entre gerações e culturas em busca da tripla cidadania: a local, a nacional e a planetária, e da liberdade na sua mais completa tradução, tendo implícita a perspectiva de uma sociedade mais justa tanto em nível nacional quanto internacional.

Nesse sentido, os argumentos acima apresentados reforçam a idéia de que a pesquisa qualitativa fornece importantes instrumentos para a pesquisa com direitos humanos, pois, permite ao investigador a utilização de métodos e procedimentos mais adequados a captar dimensões como emancipação, cidadania, democracia e dignidade humana. Sobre isso, damos continuidade a essa abordagem no próximo item explicitando nossas inquietações quanto ao rigor metodológico para a construção de uma teoria fundamentada a partir da pesquisa qualitativa.

### **3. ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA: A BUSCA DE TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA FUNDAMENTADA**

Muitas vezes, sabemos claramente *o que queremos fazer, por que e para que* realizar determinada pesquisa. Porém, as maiores dificuldades colocam-se no *como fazer* ou na

metodologia. Muitas vezes, estas preocupações metodológicas reduzem-se somente à busca de “ferramentas” de trabalho que sejam mais eficazes para uma determinada temática. Porém, os desafios metodológicos não podem ser enfrentados somente com as técnicas. O desafio maior do pesquisador é o de saber implementar uma pesquisa, que tenha um encadeamento lógico tal, que lhe permita chegar a apropriar-se criticamente da realidade para transformá-la.

O processo de pesquisa é sempre um processo de construção e reconstrução de conhecimentos; é a colocação em prática de uma tese, por meio de um conjunto organizado de atividades de pesquisa. A metodologia deve ser a visão global que orienta todo o processo, que dá unidade e coerência a todos os elementos que intervêm nele. Nesse sentido, ao “delimitarmos” o objeto de estudo, estamos, na verdade, “construindo” ou “reconstruindo” uma determinada área do conhecimento e não restringindo como querem alguns positivistas. Deste modo, no processo de construção do objeto de uma pesquisa qualitativa, precisamos levar em consideração algumas questões primordiais.

Em primeiro lugar, precisamos considerar que todas as atividades humanas se realizam em um lugar concreto: em um município, uma comunidade, um bairro, uma fábrica. Esta é sua realidade local. Nela, as pessoas vivem situações, problemas e necessidades, têm iniciativas, escutam opiniões, conversam e discutem sobre o que lhes sucede, avaliam as coisas que fizeram, comentam acontecimentos que ocorreram no país e no mundo, propõe projetos e metas para alcançar o futuro. Nessa realidade, as pessoas participam de atividades recreativas, culturais e religiosas. Participam, ainda, de atividades de alguma organização. Escutam rádio, vêem televisão, lêem jornal ou navegam na internet. Sua vida cotidiana, assim, se desenvolve em meio a muitas e variadas atividades econômicas, políticas, sociais e culturais. Participando, as pessoas se relacionam com as demais e com o que sucede no país. São essas atividades que preenchem grande parte de seus interesses e preocupações.

Por outro lado, todas as atividades concretas e locais dão-se em um momento histórico particular, tanto em nível do país como em nível mundial. A realidade local está sempre situada em um contexto econômico, político, ideológico, histórico e social mais amplo. Cada país vive situações particulares: pacotes econômicos, situações de crise ou estabilidade política, tensões internas, mobilizações populares, atos de solidariedade, greves, manifestações, etc. Esta realidade nacional manifesta-se em diferentes momentos ou conjunturas particulares, mas não se reduz só a elas. A conjuntura sempre será uma manifestação da estrutura da sociedade e de suas contradições que são produto do desenvolvimento histórico e social. Portanto, a construção do objeto de estudo deve levar em consideração a forma como se articulam a realidade local, a conjuntura nacional e o momento histórico, político e social em que vivemos.

Não podemos entender, nem resolver os problemas e contradições de um aspecto, sem levar em conta o conjunto. Ao mesmo tempo, não podemos entender nem resolver os problemas e contradições mais gerais, se não levamos em conta os aspectos particulares. Nesse sentido, a concepção metodológica que melhor permite articular o particular com o geral, o concreto com o abstrato, respondendo ao dinamismo e às contradições da realidade, orientando-nos para sua transformação, é uma concepção metodológica que se fundamente na teoria dialética do conhecimento que perceba toda a complexidade da realidade social em que vivemos, a qual afirma que o processo do conhecimento tem como ponto de partida a prática social, que esta é a base da teoria e que a teoria deve servir para transformar a prática.

Partindo desses princípios, o Programa de Educação Jurídica Popular em Direitos Humanos: Construindo Redes de Educação Cidadã vem sendo desenvolvido em diversos municípios da Região Metropolitana de Salvador (RMS) como Camaçari (município sede do Campus XIX), Dias D’ávila e Simões Filho. A RMS é conhecida pelo crescimento econômico proporcionado pela instalação de diversas indústrias no pólo petroquímico de Camaçari e no Centro Industrial

de Aratu, mas, também, pelos grandes índices de desemprego, violência e desigualdade social. Na RMS, a riqueza cresce em escala global, mas o fosso que separa os ricos dos pobres só aumenta. Há, portanto, uma crise distributiva com elevada concentração de renda, com efeito cumulativo (efeito aspirador). Nesse aspecto, os indicadores sociais explicitam claramente que os frutos do crescimento econômico não têm promovido o desenvolvimento social esperado.

Nesse sentido, enquanto um pequeno setor da população possui muito mais dinheiro do que efetivamente pode gastar em várias gerações, ainda que vivendo uma vida luxuosa, grande parte da humanidade vive em condições de pobreza absoluta. Assim, enquanto muitos festejam o “êxito” do capitalismo, em relação a outros modelos sociais, tem-se um dos índices mais altos de mortalidade infantil, AIDS, acidentes automobilísticos, consumo de pesticidas, homicídios, prisões, detritos tóxicos do mundo industrializado, trabalho infantil, trabalho escravo. Esse modelo de globalização que se baseia no darwinismo social e no desmantelamento do Estado de bem estar social vem demonstrando sinais de crise: crise de mercado com o empobrecimento da população mundial e queda na demanda: crise ética, política e governabilidade (não oferece opção aos setores excluídos de integração).

Com base nesse cenário, é fundamental que as instituições de ensino superior realizem esforços no sentido de fortalecer as lideranças educacionais e comunitárias (professores da rede pública municipal, estadual e federal, privada e comunitária, jovens estudantes secundaristas e universitários, lideranças populares, comunitárias e religiosas, conselheiros municipais, servidores públicos municipais e estaduais, dirigentes de organizações governamentais e não governamentais, representantes da mídia local, e membros das instituições do sistema de justiça e segurança) nos princípios, normas e diretrizes constantes dos diversos documentos que consagram uma cultura de respeito aos direitos humanos no Brasil.

Dessa forma, entendemos que a vida moderna deve ser vista sob outra perspectiva, com base na idéia de que pequenos grupos da população podem determinar o sucesso de empresas, campanhas políticas e movimentos sociais. As “microtendências” são como um padrão comportamental de um grupo de forte identidade, que está crescendo e tem desejos e anseios ainda não atendidos pelas instituições que influenciam a vida cotidiana. Nesse sentido, consideramos que a educação em direitos humanos (EDH) é um movimento que em um crescente poderá em curto espaço de tempo influenciar uma série de atores e a sociedade em geral, despertando no cidadão uma nova cultura de direitos humanos.

Dessa forma, o programa de educação em direitos humanos tem como objetivo principal socializar as orientações presentes no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) elaborado pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, que foi instituído pela portaria 66 de 12 de maio de 2003, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), órgão que reúne especialistas de diversas áreas da educação e dos direitos humanos no país com lideranças educacionais e comunitárias na RMS. Dentro do projeto estão sendo realizadas ações para divulgar o plano na comunidade, capacitar pessoas, realizar discussões, seminários debates sobre educação e direitos humanos. Serão também discutidas estratégias para inclusão da temática dos direitos humanos no planejamento educacional. Nesse sentido, o resultado esperado dessa ação é que as lideranças educacionais e comunitárias participantes, com o aprofundamento do debate e a troca de experiências, tenham melhores condições de discutir a inclusão dos direitos humanos em suas esferas de atuação.

#### **4. METODOLOGIA DO PROGRAMA**

A metodologia do programa parte do princípio de que a extensão universitária é uma função da universidade articuladora do ensino e da pesquisa capaz de despertar no aluno o interesse por questões sociais. Além disso, a extensão é um locus privilegiado de interação com a comunidade, produção coletiva do conhecimento e uso aplicado e responsável do saber. A metodologia utilizada pelo grupo é conhecida como Metodologia da Pesquisa Ação Integral e Sistêmica (PAIS), formulada pelo professor da Universidade de Quebec André Morin. Essa metodologia pretende aliar os conhecimentos da observação participante da antropologia a ação educativa da pedagogia. Nesse aspecto, o método é formulado pelo professor André Morin como antropopedagogia da Educação. Do ponto de vista do caminho ou percurso do trabalho, o programa tem buscado, em primeiro lugar, estudar de que forma as pessoas representam os direitos humanos, ou seja, como elas compreendem e identificam os direitos humanos, suas causas, formas e os seus efeitos. Em segundo lugar, a metodologia do programa parte de uma reflexão e qualificação do grupo nos valores, princípios e normas de direitos humanos, principalmente, aquelas esboçadas nos Plano Nacionais de Direitos Humanos;

A terceira dimensão do trabalho é a mudança, a construção de instrumentos de intervenção social, de forma participativa, que tenham como objetivo prevenir e atuar em situações de risco no ambiente escolar e social. Por fim, a quarta etapa da proposta é a da comunicação, que diz respeito à socialização do trabalho a apresentação das propostas formuladas pelo grupo durante a pesquisa. Segundo a professora Maria Nazareth Zenaide, no livro sobre *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Teóricos e Metodológicos*, publicado pela Editora da UFPB, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) enquanto marco ético, jurídico e político de construção de uma cultura universal de respeito aos direitos humanos, implicou historicamente em processos múltiplos culturais e políticos, direcionados as gerações futuras e todos os povos. No campo político/institucional a Declaração de Direitos Humanos resultou num conjunto de responsabilidades por parte dos Estados-membros em assumir medidas progressivas internacionais e nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos reconhecimento social, cultural e ético-jurídico (ZENAIDE, 2008).

Além disso, o Congresso Internacional sobre Educação em prol dos Direitos Humanos e da democracia realizado pela ONU em março de 1993, segundo Zenaide, instituiu o Plano Mundial de Ação para a Educação em Direito Humanos, que foi referendado na Conferência Mundial de Viena de 1993, visando promover, estimular e orientar compromissos em prol da educação em defesa da paz, da democracia, da tolerância e do respeito à dignidade da pessoa humana. O programa de Viena chamou à atenção para a erradicação do analfabetismo, a inclusão de direitos humanos nos currículos de todas as instituições de ensino formal e não-formal, além da inclusão dos conteúdos da paz, da democracia e da justiça social e a Campanha Mundial de Informação Pública sobre Direitos Humanos.

Para implementação dos objetivos desta década o Alto Comissariado para os Direitos Humanos elaborou o Plano de Ação internacional prevendo a criação de Comitês de Educação em Direitos humanos como órgão formulador, revisor, executor e controlador (controle social) da ação do Estado no campo da educação em direitos humanos, com ampla participação dos setores sociais e institucionais. No Brasil, o Comitê foi criado em 2003 com o objetivo de construir um plano nacional de educação em direitos humanos.

Portanto, as ações do programa estão embasadas nos documentos internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, nos planos nacionais de educação em direitos humanos e na legislação educacional em vigor. O programa visa dar sua contribuição na efetivação do plano em nível nacional, estadual e federal. O impacto do programa ainda está sendo medido pelas pesquisas em andamento, todavia, podem ser levantados alguns resultados e impactos

quantitativos como: capacitação de mais de 300 lideranças educacionais e comunitárias em educação para os direitos humanos; realização de duas semanas científica sobre a temática; realização de seminários e fóruns sobre a questão; livros publicados, pesquisas realizadas entre outros resultados.

Do ponto de vista da eficácia social, o resultado esperado desse processo é que essas lideranças – a partir do conhecimento produzido no curso – passem a integrar as diretrizes do PNEDH nos planos, projetos e atividades de suas organizações (escolas, colégios, coordenações, secretarias). Por fim, o projeto pretende ainda construir, junto com as lideranças educacionais e defensores de direitos humanos, propostas de políticas públicas que possam contribuir com a construção de uma cultura de direitos humanos. Enquanto programa da universidade o programa tem um grande potencial de continuidade tendo em vista a ampliação dos recursos materiais e humanos disponíveis. A medida que o programa de direitos humanos é difundido nos cursos de graduação e pós-graduação cresce o interesse da população pela participação da universidade nesse campo, ao mesmo tempo em que a universidade passa a ser mais conhecida da comunidade.

## **BIBLIOGRAFIA**

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Paz e Terra, São Paulo, 1986.

GOLDMAN, Lucien. Ciências humanas e filosofia: o que é sociologia? Tradução de Lupe Cotrim Garaude; José Arthur Giannotti. 12ª edição, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1993.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

MORIN, André. Pesquisa Ação Integral e Sistêmica: uma antropopedagogia renovada. Rio de Janeiro:DP&A Editores, 2004.

BRASIL, Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da justiça, UNESCO, 2008.

ROCHA, José Cláudio. Teoria Geral do Estado Democrático, Salvador, EDUNEB, 2009.

ZENAIDE, Maria Nazareth et al. A Formação em Direitos Humanos na Universidade: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2005;

---

José Cláudio Rocha (UNEB) – Email: [josecrocha@terra.com.br](mailto:josecrocha@terra.com.br) e [jrocha@uneb.br](mailto:jrocha@uneb.br)

Denise Abigail Brtitto Freitas Rocha (UNEB) – [denisefreitas@terra.com.br](mailto:denisefreitas@terra.com.br)